
Caragua Luz S.A. SPE

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Caragua Luz S.A. SPE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caragua Luz S.A. SPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caragua Luz S.A. SPE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de julho de 2018, sem ressalvas, com parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não



Caragua Luz S.A. SPE

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

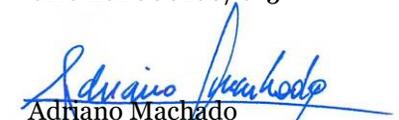


Caragua Luz S.A. SPE

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 20 de maio de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

CARAGUA LUZ S.A. SPE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017		Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		20.609	17.094	Circulante		22.691	8.232
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.382	1.305	Fornecedores	11	19.171	2.625
Contas a receber de clientes	4	4.830	6.678	Empréstimos e financiamentos		3	9
Ativo financeiro	5	8.495	8.495	Salários a pagar	12	87	51
Créditos tributários	6	1.882	389	Encargos sociais a pagar	13	12	16
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	58	125	Encargos tributários a pagar	14	2.843	4.833
Adiantamentos a fornecedores	8	3.278	65	Impostos e contribuições parcelados	15	575	471
Partes relacionadas	9	663	-	Adiantamento de clientes		-	227
Outros créditos		21	37				
Não circulante		34.583	10.825	Não circulante		9.785	3.841
Ativo financeiro	5	33.213	10.567	Empréstimos e financiamentos		-	2
Partes relacionadas	9	1.200	-	Impostos e contribuições diferidos	14	6.328	-
Imobilizado	10	169	257	Impostos e contribuições parcelados	15	3.457	3.339
Intangível		1	1	Partes relacionadas		-	500
				Patrimônio líquido		22.716	15.846
				Capital social	16.1	21.000	5.000
				Reserva legal	16.2	886	542
				Reserva de retenção de lucros	16.2	830	10.304
Total do ativo		55.192	27.919	Total do passivo e patrimônio líquido		55.192	27.919

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	17	43.329	27.943
Custos dos serviços prestados	18	(33.892)	(19.645)
Lucro bruto		9.437	8.298
Receitas (despesas) operacionais		(2.247)	(1.901)
Despesa gerais e administrativas	19	(1.589)	(954)
Despesas comerciais	20	(703)	(59)
Outras receitas e despesas	21	45	(888)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		7.190	6.397
Resultado financeiro	22	5.020	1.744
Despesas financeiras		(487)	133
Receitas financeiras		5.507	1.611
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.210	8.141
Imposto de renda e contribuição social		(5.340)	(3.462)
Corrente	23	(3.195)	(3.462)
Diferido	23	(2.145)	-
Lucro líquido do exercício		6.870	4.679
Lucro por ação - Reais		0,3271	0,9358

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	6.870	4.679
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>6.870</u>	<u>4.679</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	3.500	308	5.859	9.667
Aumento de capital	1.500	-	-	1.500
Lucro líquido do exercício	-	-	4.679	4.679
<i>Destinação:</i>				
Constituição reserva legal	-	234	(234)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.000	542	10.304	15.846
Lucro líquido do exercício	-	-	6.870	6.870
<i>Destinação:</i>				
Constituição reserva legal	-	344	(344)	-
Integralização de capital	16.000		(16.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.000	886	830	22.716

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAGUA LUZ S.A. SPE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.870	4.679
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	95	91
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	4	-
Baixas de imobilizado	1	-
Tributos diferidos	2.863	-
Juros e correções monetárias	(5.468)	(546)
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.848	(4.207)
Adiantamentos	(3.376)	-
Demais ativos	9.840	(6.743)
Créditos Tributários	(1.493)	330
Ativos destinados à aplicação nas concessões	67	(21)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	16.546	870
Encargos tributários a pagar	1.475	619
Salários e encargos sociais a pagar	32	(2)
Impostos e contribuições parcelados	222	3.724
Demais contas a pagar	(727)	201
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) Atividades Operacionais	28.799	(1.005)
Ativo financeiro	(27.002)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(8)	(39)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	(27.010)	(39)
Terceiros		
Amortizações de principal e juros	(12)	(8)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	(1.700)	500
Integralização de capital	-	1.500
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.712)	1.992
Aumento líquido no saldo de caixa	77	948
Caixa e equivalente de caixa		
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.305	357
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.382	1.305
Aumento líquido no saldo de caixa	77	948

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

CARAGUA LUZ S.A. SPE é uma sociedade anônima de capital fechado, a companhia tem sede e foro na Rua Ministro Dilson Funaro, 225, Pontal de Santa Marina, CEP 11.672-150, no Município de Caraguatatuba, Estado do São Paulo.

A Companhia, fundada em 30 de abril de 2015, criada com propósito específico, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba Estado de São Paulo, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 11/14, edital nº 196/14, instruída pelo processo administrativo nº 33330-1/2014, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”). A concessão terá duração de 13 anos, podendo ser prorrogada conforme o interesse público.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 29 de abril de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas demonstrações

financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.3.2. Ativos e passivos financeiros

2.3.2.1. Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

- **Custo amortizado**

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Reconhecimento e desreconhecimento**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

- **Impairment**

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de

compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

- **Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017**

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

- (i) **Classificação**

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

- (ii) **Reconhecimento e mensuração**

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.2.2. Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.3.3. Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.3.4. Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens

obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.3.5. Ativos financeiros de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo financeiro”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo financeiro de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

2.3.6. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil</u>
Computadores e Periféricos	20
Veículos	20
Benfeitorias em imóveis terceiros	25
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)" na demonstração do resultado.

2.3.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da

combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.3.9. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial

de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.3.10. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.3.12. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.3.13. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas do município permissionário que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47

(R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua constra prestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.3.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.4. Mudanças em políticas contábeis

2.4.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

. CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

2.4.2 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. CPC 06(R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06(R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia estima que a adoção desta norma resultará na contabilização de ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos de uso nos valores de R\$ 878.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses foram os principais impactos, e a Companhia acompanha demais situações para poder finalizar o processo de avaliação de sua adoção plena a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	2
Aplicação de liquidez imediata (a)	1.382	1.303
	<u>1.382</u>	<u>1.305</u>

(a) O Valor do saldo apresentado como aplicação financeira, se trata de aplicação automática do Banco do Brasil, tendo remuneração média para o ano de 2018 de 3,84% (4,68% em 2017).

4. Contas a receber

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber	-	1.419
Contas a receber - a faturar (*)	4.830	5.259
	<u>4.830</u>	<u>6.678</u>

(*) O grupo de "contas a receber a faturar" corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência. Não existem valores vencidos em relação ao ano de 2018.

5. Ativo financeiro

O ativo financeiro de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo financeiro é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro ("TRAF") e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Movimentação do ativo financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	19.062	11.446
Adições (receita de construção)	27.002	11.907
Juros e atualização financeira	5.468	1.532
Recebimento através da CIP (*)	(9.824)	(5.823)
Saldo final	<u>41.708</u>	<u>19.062</u>
TRAF (**)	10,86% a.a.	10,86% a.a.
Circulante	8.495	8.495
Não circulante	33.213	10.567

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo financeiro.

Serviços de construção

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de construção	27.002	11.907
Custos de construção	(27.002)	(11.907)

6. Créditos tributários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ISS a recuperar	10	10
INSS a compensar	927	38
PIS a compensar	14	14
COFINS a compensar	64	65
IRPJ a compensar	507	132
CSLL a compensar	183	40
IRRF sobre prestação de serviços a compensar	167	-
Outros Impostos a compensar	10	90
Total de créditos tributários	<u>1.882</u>	<u>389</u>

Os impostos e contribuições serão compensados no próximo ano corrente assim que a empresa apresentar base para possíveis compensações.

7. Ativos destinados a aplicação nas concessões

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Acessórios, ferragens e ferramenta	18	1
Relê, conector, fios e dispositivo	16	22
Lâmpadas e luminárias	10	32
Postes	1	-
Reatores	-	36
Outros materias	13	34
	<u>58</u>	<u>125</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consórcio Caraguá (a)	1.340	-
Seven Engenharia Ltda (a)	1.920	-
Outros fornecedores de obras	18	65
	<u>3.278</u>	<u>65</u>

(a) Refere-se a adiantamentos de obras executadas pelos integrantes do Consórcio dentro do exercício de 2018, conforme medições realizadas, o qual serão liquidadas dentro do exercício de 2019.

9. Partes relacionadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda	663	-
	<u>663</u>	<u>-</u>

10. Imobilizado

	(% Taxa média de depreciação ao ano)	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20	55	(20)	35	40
Veículos	20	33	(18)	15	22
Benfeitorias imóveis terceiros	25	271	(234)	37	105
Móveis e utensílios	10	105	(23)	82	90
		<u>464</u>	<u>(295)</u>	<u>169</u>	<u>257</u>

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10.1. Movimentação do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Computadores e periféricos	40	6	-	(10)	36
Veículos	23	-	-	(7)	16
Benfeitorias imóveis terceiros	104	-	-	(68)	36
Móveis e utensílios	90	2	(1)	(10)	81
	<u>257</u>	<u>8</u>	<u>(1)</u>	<u>(95)</u>	<u>169</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores nacionais	3.088	2.489
Fornecedores de obras (a)	14.883	136
	<u>17.971</u>	<u>2.625</u>

(a) Refere-se a obras executadas do Consórcio Caragua dentro do exercício de 2018, conforme medições realizadas, o qual serão liquidadas dentro do exercício de 2019.

12. Salários a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	12	9
Pro labore	18	15
Férias e encargos a pagar	57	27
Total de salários a pagar	<u>87</u>	<u>51</u>

13. Encargos sociais a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FGTS a Recolher	4	2
INSS a Recolher	2	1
Contribuição sindical a recolher	1	1
IRRF s/ salários e Pro labore	5	12
Total encargos sociais	<u>12</u>	<u>16</u>

14. Encargos tributários a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
PIS e COFINS corrente a recolher	168	157
IRPJ e CSLL corrente a recolher	2.062	908
PIS e COFINS diferidos (*)	-	941
IRPJ e CSLL diferidos (*)	-	2.524
ISS a recolher	256	288
Impostos retidos a recolher	357	15
	<u>2.843</u>	<u>4.833</u>
Não circulante		
PIS e COFINS diferidos	1.659	-
IRPJ e CSLL diferidos	4.669	-
	<u>6.328</u>	<u>-</u>

(*) Os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL refere-se ao ativo financeiro, que foram reclassificados para o longo prazo em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições parcelados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Parcelamento Pert (a)	242	209
Parcelamento Cofins	51	48
Parcelamento PIS	11	10
Parcelamento CSLL	66	61
Parcelamento ISS	52	-
Parcelamento IRPJ	153	143
Total do circulante	575	471
Não Circulante		
Parcelamento Pert (a)	2.440	2.310
Parcelamento Cofins	149	188
Parcelamento PIS	32	41
Parcelamento CSLL	191	240
Parcelamento ISS	199	-
Parcelamento IRPJ	446	560
Total do não circulante	3.457	3.339
Total dos tributos parcelados	4.032	3.810

(a) Referem-se ao parcelamento de tributos federais instituídos pela Lei nº 13.496/17, publicada em 24 de outubro de 2017, que instituiu o parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até abril de 2017, e que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes, como redução de até 70% das multas e 90% dos juros e encargos, e a possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros e prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado. Em 2017, a Companhia aderiu ao parcelamento no montante de R\$ 3.966, sendo R\$ 3.053 referentes aos débitos, e R\$ 913 de juros atualizados até a data da adesão, e conforme permitido pela lei, a Administração optou pela modalidade de pagamento antecipado de 5,00% do montante atualizado da dívida, correspondendo à quantia de R\$ 198, e o parcelamento do saldo residual da dívida em 60 vezes. A consolidação foi concretizada em 28 de dezembro de 2018.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, os acionistas através de assembleia geral extraordinária assinaram um aumento de capital no valor de R\$ 3.000, que deveriam ser integralizados até 31 de outubro de 2017, porém, dentro deste período foram integralizados apenas R\$ 1.500. Assim, em virtude de não haver mais necessidade de caixa, e conseqüentemente integralização, os acionistas decidiram não integralizar o restante, cancelando parte da subscrição do boletim de ações, conforme assembleia geral extraordinária de 14 de dezembro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2018. Na mesma assembleia geral, decidiram subscrever novas 16.000 de ações ao valor nominal de R\$ 1 cada e integralizar com parte do saldo da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 16.000. Portanto o capital social da Companhia encerrou o exercício de 2018 em R\$ 21.000, representado por 21.000.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Urbeluz Energética S.A.	12.600.000	60%	3.000.000	60%
Fortnort Desenvolvimento Ambiental Ltda.	8.400.000	40%	2.000.000	40%
	21.000.000	100%	5.000.000	100%

16.2. Reserva de lucros

a) Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76, tal reserva é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente, limitada à 20% do capital social realizado. Neste exercício a Companhia efetuou a constituição de reserva legal no valor de R\$ 344.

b) Reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros, que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 10.304 foi aumentado em R\$ 6.526 em dezembro de 2018. Assim os acionistas decidiram integralizar ao capital social da Companhia o valor de R\$ 16.000, restando um saldo de R\$ 830 em 31 de dezembro de 2018.

17. Receita líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta sobre serviços	20.267	18.517
Receita de construção	27.002	11.907
Cancelamentos de serviços	(995)	-
Impostos sobre serviços	(2.945)	(2.481)
	43.329	27.943

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo com material aplicado	(27.002)	(12.382)
Custo com pessoal	(582)	(549)
Custo com terceiro	(393)	(1.067)
Custo com energia	(5.198)	(5.560)
Outros custos	(717)	(88)
	<u>(33.892)</u>	<u>(19.646)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Com pessoal	(324)	(101)
Com honorários consultorias	(401)	(690)
Despesas de informática	(152)	-
Impostos, taxas e contribuições	(267)	-
Outras despesas	(445)	(163)
	<u>(1.589)</u>	<u>(954)</u>

20. Despesas comerciais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Perdas de títulos não recebíveis	(697)	-
Outras despesas comerciais	(6)	(59)
	<u>(703)</u>	<u>(59)</u>

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas	45	40
Despesas recuperadas	-	7
Despesas com multas	-	(935)
	<u>45</u>	<u>(888)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	21	28
Atualização de impostos a compensar	15	50
Juros s/ Ativo Financeiro	5.468	1.532
Outras receitas	3	1
	<u>5.507</u>	<u>1.611</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre tributos em atraso	(452)	204
Juros sobre demais passivos financeiros	(17)	(17)
IOF	(6)	(8)
Outras despesas	(12)	(46)
	<u>(487)</u>	<u>133</u>
	<u>5.020</u>	<u>1.744</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido por caixa, ou seja, somente apura o imposto quando efetivamente recebe os recursos. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo a composição:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	31/12/2018		31/12/2017		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.382	1.382	1.305	1.305
Contas a receber	Custo amortizado	4.830	4.830	6.678	6.678
Adiantamentos a Fornecedores	Custo amortizado	3.278	3.278	65	72.679
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	19.171	19.171	2.625	2.625

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

24.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Risco	Taxa atual	Saldo total	Valor em risco	Cenários		
					Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro							
Aplicações de curto prazo	Redução da taxa CDI	6,42%	204	13	0	0	0
Passivo financeiro							
Debêntures	Aumento na taxa IGP-M	7,54%	56.437	4.255	(2.060)	(2.575)	(3.090)
			<u>56.233</u>	<u>4.242</u>	<u>(2.060)</u>	<u>(2.575)</u>	<u>(3.090)</u>

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

25. Contingências

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2018, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia.

26. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários receberam em 2018 o montante de R\$ 312 (R\$ 297 em 2017) a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

<u>Serviços segurados</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	07/2018 a 08/2019	41.875
Responsabilidade civil do empregador	07/2018 a 08/2019	26
Total de cobertura		41.901

* * *